
Para a crítica do conceito de capitalismo de vigilância¹

Helena Martins²
Universidade Federal do Ceará, Ceará, CE

Resumo

O trabalho discute o conceito de capitalismo de vigilância, de Shoshana Zuboff. Em que pese o necessário reconhecimento de sua importância para a ampliação do debate sobre a vigilância, propõe uma crítica a esse conceito, tendo em vista: os limites explicativos de um termo que se pretende generalizante e qualificador da etapa atual; o equívoco associado à incompreensão da dimensão material da comunicação e a ausência de uma visão ampla das relações de poder em que a vigilância se inscreve. Aponta como alternativa analítica a compreensão da vigilância como parte das lutas por hegemonia e tendo em vista seu papel na subsunção do trabalho, na busca pela redução do tempo de circulação e da aleatoriedade da mercadoria e, por fim, da conformação de uma nova estrutura de mediação social associada às tecnologias da informação e da comunicação.

Palavras-chave

Economia Política da Comunicação; Vigilância; Capitalismo

1. Introdução

A crescente vigilância associada às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tem gerado debates nas mais diversas esferas. No âmbito acadêmico, ganhou notoriedade o conceito de capitalismo de vigilância, formulado por Shoshana Zuboff, professora emérita da Business School da Universidade de Harvard. Seu livro *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (2018) foi indicado a diversos prêmios³ e inspirou filmes como *The social Dilemma* (2020), dirigido por Jeff Orlowski e produzido e distribuído pela Netflix. No fim de 2020, o livro de Zuboff ganhou versão integral em português pela editora Intrínseca, com o título *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Pesquisa no Google Acadêmico – uma das várias iniciativas do Google, apontado por Zuboff como grande exemplo desse capitalismo de vigilância, aliás – com o termo “capitalismo de vigilância” encontrou 118 mil resultados. No portal de periódicos da Capes foram encontrados 1.794 trabalhos

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UFC. Coordenadora do Telas - Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas da Comunicação. E-mail: helena.martins@ufc.br.

³ <https://shoshanazuboff.com/>

associados ao conceito. A busca pelo termo em inglês – “*surveillance capitalism*” – registra, respetivamente, mais de 330 mil e de 20 mil entradas, nas bases consultadas.

Os números ilustram a penetração do conceito, que tem sido utilizado, além do âmbito acadêmico, em discussões de cunho estratégico sobre a atual conjuntura. Tenho tido a oportunidade de participar de tais debates junto a diversas organizações políticas e é evidente a utilização do dele. O mérito da divulgação do problema é elogiável, assim como é importante a rica documentação apresentada nas mais de 700 páginas da obra, que cumpre, por tudo isso, o papel de alertar sobre o crescente poder das corporações. Por outro lado, considero necessário lançar um olhar crítico à formulação de Zuboff, se quisermos não apenas destacar a crescente importância do fenômeno que ela chama capitalismo de vigilância, mas efetivamente identificar as origens do problema, seus agentes e sentidos, bem como formular estratégias para sua superação.

É no sentido de contribuir com esse movimento desde a crítica da Economia Política da Comunicação que este trabalho é apresentado. Dados os limites deste texto, optou-se por um diálogo direto com a formulação apresentada no livro, com vistas à crítica do conceito proposto por Zuboff, tendo em vista: os limites explicativos de um termo que se pretende generalizante e qualificador da etapa atual; o equívoco associado à incompreensão da dimensão material da comunicação e a ausência de uma visão ampla das relações de poder em que a vigilância se inscreve. Por fim, aponta como alternativa analítica a compreensão da vigilância como parte das lutas por hegemonia e tendo em vista seu papel na subsunção do trabalho, na busca pela redução do tempo de circulação e da aleatoriedade da mercadoria e, por fim, da conformação de uma nova estrutura de mediação social associada às tecnologias da informação e da comunicação, tudo isso parte da ampla reestruturação do capitalismo, em curso desde os anos 1970.

2. Um diálogo crítico com Shoshana Zuboff

Shoshana Zuboff define “capitalismo de vigilância” como uma lógica que orienta o uso da tecnologia para a transformação da experiência humana em bases de dados, sendo estes tratados como matérias-primas para a produção e venda de informações sobre comportamentos das pessoas e previsões sobre eles, no que chama de mercados de comportamentos futuros. Para tanto, afirma, “[...] nossa vida é traduzida de maneira unilateral em dados, expropriada e modificada em seu propósito como novas formas de controle social, tudo isso a serviço de interesses de outrem e na ausência de

nossa consciência e meios de combater esse processo” (ZUBOFF, 2020, p. 71). Isso se dá de forma unilateral com vistas à acumulação de riqueza e produz uma enorme assimetria de conhecimento e poder, avalia a autora. Nessa fase, “os meios de produção estão subordinados a ‘meios de modificação comportamental’”, criando um poder instrumentário “em prol da finalidade de terceiros”. “Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços ‘inteligentes’ conectados em rede”, completa (Ibidem, p. 19). Essa visão geral é desdobrada em aspectos que passarei a discutir a seguir.

2.1. Os limites explicativos do “capitalismo de vigilância”

A partir dessas definições mais gerais, é possível apresentar já uma primeira crítica: o limite do conceito capitalismo de vigilância para qualificar a etapa atual do sistema de forma geral. Se, por um lado, o termo cumpre o papel de apontar uma qualidade distinta da vigilância hoje, por outro, é necessário ter em vista que se trata de um fenômeno parcial, assim como são outros fenômenos que também têm sido considerados importantes no presente e, por isso, têm embasados conceitos como “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2017) e sociedade em rede (CASTELLS, 2012), os quais a autora sequer menciona. Tais generalizações, ainda que mais ou menos efetivas na análise dos fenômenos que tomam como centrais, dificilmente são explicativas da totalidade.

No caso do capitalismo de vigilância, a ênfase na expropriação de dados pelas empresas não é capaz de dar conta de realidades de sociedades cujos níveis de conexão estão muito distantes daqueles dos países centrais do capitalismo. Ou mesmo de lugares como o Brasil, em que, ainda que com 74% da população considerada conectada⁴, não tem sua economia pautada por plataformas nem tem a vigilância digital como a forma mais geral e recorrente de controle populacional. Em nosso capitalismo periférico, a violência, mesmo a mais letal, é uma constante, inclusive por parte das forças de segurança do Estado e de grupos como facções e milícias, agentes da necropolítica

40 total não considera as diferenças de conexão. Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso: 11 ago. 2021.

cotidiana. Esses fenômenos estão crescendo⁵, mas a generalização não ajuda a ver as formas como se desenvolvem e sua associação com as características de cada país. Ademais, a importância do poder militar e da indústria armamentista que, como vimos, Zuboff toma como questões do passado, seguem sendo fundamentais para o arranjo e as disputas geopolíticas em âmbito internacional e valendo-se dos novos mecanismos.

O capitalismo é um conjunto de relações sociais que se desenvolvem de forma desigual e combinada – sendo um erro, portanto, reduzir sua explicação ao que pode ser apontado como elemento de crescente importância em determinados contextos em que há intensa mediação tecnológica das mais diversas atividades, como em países ricos. Mesmo nestes casos, é premente considerar que nem toda a população é atingida da mesma forma pela vigilância das corporações tecnológicas, que são o foco da autora. Em uma análise mais cuidadosa e atenta aos diferentes contextos, mesmo que em termos mais gerais do tipo Norte e Sul do globo, seria necessário considerar suas relações com outros agentes, sistemas de controle e dinâmicas sociais.

Isso não significa negar-se à observação de dinâmicas mais gerais, mas de realmente identificar aquelas que têm essa capacidade de generalização e organização. A meu ver, ainda que com particularidades, pois trata-se de um sistema cuja capacidade de mutação é largamente reconhecida, a busca por acumulação é o que segue organizando o sistema e, inclusive, pautando práticas de vigilância que viabilizam desde maior controle do trabalho a formas mais adequadas à rápida realização da mercadoria, como será detalhado ao longo do texto. Evitando os modismos, o presentismo ou uma visão que toma a parte pelo todo, uma análise integrada deve buscar pôr em tela tanto continuidades quanto rupturas, conferindo densidade histórica aos fenômenos⁶.

2.2. Meios de comunicação, materialidades e o problema dos usos

5A plataforma contribui para a ampliação da concentração e da centralização de capital, o que merece ser acompanhado em cada setor. Mas quando observamos os dados da chamada economia digital no Brasil, vemos que, enquanto o Japão registra a maior incidência da economia de mercado de dados no PIB, o Brasil possui a menor. Em relação ao número de trabalhadores, o emprego no setor de TIC foi responsável por 2 por cento ou menos do emprego total nas demais economias em desenvolvimento, incluindo o Brasil, segundo a Unctad (2019). Quanto ao que pode ser identificado como campo da segurança pública, vemos a introdução de tecnologias vigilantistas (MARTINS, 2021), mas ainda se trata de uma questão lateral diante de problemas como as disputas territoriais.

6O que muitas vezes falta à proposição em comento. Em entrevista em 2020, Zuboff afirmou que “O capitalismo de vigilância existe há apenas 20 anos”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-10-11/shoshana-zuboff-o-neoliberalismo-destrocou-tudo-temos-que-comecar-do-zero.html>. Acesso: 11 ago. 2021.

Uma segunda questão que acompanha toda a obra de Zuboff e a crítica que aqui apresento é a suposta inversão proposta ao dar maior centralidade aos “meios de modificação comportamental” em relação aos “os meios de produção”, que passariam a estar subordinados àqueles. Ocorre que tal perspectiva é anunciada, mas não explicada e comprovada, o que poderia ser investigado pelo exame das transformações recentes nas próprias corporações tecnológicas e midiáticas (novas e tradicionais) e a partir, especialmente, da recuperação do histórico do fordismo e do toyotismo e do impacto dessas formas de organização no comportamento dos trabalhadores. Também não fica claro se esses meios de modificação comportamental também não são meios de produção – como poderíamos depreender da análise de Williams (2011) e dos debates sobre as materialidades do processo comunicacional que buscam superar a ideia da imaterialidade tão presente na metáfora da “nuvem” digital. Mas essa questão não é posta pela autora, que tem o interesse de deslocar o foco das relações de produção para as de consumo, onde residiria o comportamento.

Um texto de Zuboff dos anos 1990 nos ajuda a aclarar a posição sobre a superação dos meios de produção, pois parte exatamente da hipótese de que “a tecnologia da informação, baseada nos computadores, está proporcionando uma nova infra-estrutura para várias atividades produtivas e comunicativas de vital importância para a vida organizacional” (1994, p. 81). Partindo da compreensão do fordismo como uma “fórmula de substituição do trabalho”, aponta que a tecnologia da informação “pode ser utilizada para automatizar operações” e “pode ser usada para criar informações” (Ibidem, p. 82), processos que a autora descreve como “automatizar” e “informatizar”. As consequências organizacionais da mudança tecnológica dependeriam da ênfase conferida a um ou outro.

A autora aposta no segundo, “informatizar”, e detalha que isso demandaria novas habilidades cognitivas de parte dos trabalhadores, o que os reposicionaria na relação com as máquinas. “Uma estratégia que enfatiza a automação concentra-se na máquina inteligente. Uma estratégia informatizante reconhece o valor e a função da máquina inteligente, mas somente no contexto de sua interdependência com as pessoas inteligentes”, que transformariam as máquinas inteligentes para melhorar os negócios (ZUBOFF, 1994, p. 86). A ênfase na automação, ao contrário, repetiria a estrutura do taylorismo. Seguindo a primeira trilha, em uma “arena de circulação de informação”,

ideia que sugere substituir a de “local de trabalho”, “[...] a qualidade, não a quantidade, do esforço é a fonte do valor adicionado”, arremata (Ibidem, p. 90).

Não é o caso, aqui, de adentrar a discussão do que essas visões implicam em relação ao trabalho. Para agora, resta concluir que o otimismo de então parece ter sido suplantado pelo tom crítico do livro mais recente, que parece expressar o reconhecimento de que a informação não propiciou os ganhos esperados. As bases do seu pensamento, não obstante, permanecem. A leitura apresentada em *Capitalismo de Vigilância* reforça a ausência de percepção de todo o complexo que sustenta as plataformas digitais, definidas por Valente (2020, p. 73) como “[...] sistemas tecnológicos que funcionam como mediadores ativos de interações, comunicações e transações entre indivíduos e organizações”⁷. Redes de telecomunicações e cabos submarinos são fundamentais para a existência e capilaridade delas e são, historicamente e até hoje, bastante dependentes do Estado. Bastaria, ademais, a referência à disputa entre China e Estados Unidos em torno do desenvolvimento do 5G para questionar a ideia de que as inovações são derivadas dos desejos das pessoas ou do empenho empreendedor das corporações, como é visível na obra mais recente.

A escolha poderia ser pensada, indo ao encontro da filosofia ou da sociologia da tecnologia, no processo de elaboração das tecnologias, como parte das condições sociais em que se dá a agência humana. Ainda nos anos 1990, a autora aproxima-se dessa perspectiva, ao refutar a neutralidade da tecnologia e falar que “ela é repleta de valência e especificidade nas oportunidades que cria e exclui” (ZUBOFF, 1994, p. 81). Ao comentar a implantação de um novo padrão tecnológico, afirma que “a força que dá sentido à configuração final dos elementos [...] é a atividade humana da escolha” (Ibidem, p. 81), mas seu foco recai nos usos, deixando de considerar que a escolha se dá mediante um rol de possibilidades previamente estabelecido para a maior parte dos utilizadores, inclusive parte dos administradores e trabalhadores que ela entrevista e cuja autonomia é limitada por relações sociais de produção nas quais estão inseridos.

2.3. As relações de poder nas quais a vigilância se insere

7 Não é possível, aqui, de detalhar a discussão sobre as plataformas digitais, Vale pontuar, seguindo Valente (2019), como características centrais das plataformas: a operação sobre uma base tecnológica digital conectada, o provimento de serviços calcados nessas conexões e lastreados na coleta e processamento de dados, além de efeitos de rede.

A terceira crítica deriva exatamente da análise das relações de poder que engendram o processo posto em tela. Em Zuboff, o Google é apontado como o criador da mudança, que teria sido fomentada por pressões de natureza competitiva, “[...] na qual processos de máquina automatizados não só *conhecem* nosso comportamento, como também *moldam* nosso comportamento em escala” (2020, p. 19, grifos da autora), em busca de nos “automatizar”. A corporação teria, em um momento em que precisou de um modelo de negócios rentável, logo após a “bolha ponto com” na virada dos anos 2000, descoberto a possibilidade de extração e venda de dados, sendo, posteriormente, seguida por Facebook e Microsoft. “O monstruoso colosso antidemocrático e anti-igualitário do capitalismo de vigilância é mais bem descrito como um golpe vindo de cima guiado pelo mercado. Não é um *coup d’état* [golpe de Estado] no sentido clássico e sim um *coup de gens*: uma derrubada do povo dissimulada como o cavalo de Troia tecnológico que é o Grande Outro”⁸ (Ibidem, p. 576), argumenta.

Essa afirmação mostra-se frágil se considerarmos tanto as interações entre Estados e corporações, como Zuboff inclusive apresenta em várias passagens, quanto ao visualizarmos a história dessas tecnologias, cujo desenvolvimento inicial deu-se no bojo de estratégias militares, a partir da II Guerra Mundial e especialmente durante a Guerra Fria, como bem demonstra Mazzucato (2019) ao tratar do complexo das inovações tecnocientíficas nos Estados Unidos que levou ao desenvolvimento da própria internet em meio à disputa por superioridade bélica.

Quanto à busca pela “automatização” das pessoas, essa é uma questão da maior relevância, mas que só pode encontrar resposta à altura se posta como parte das relações de poder mais gerais. Isso é especialmente caro neste momento de crise do capitalismo e de regimes democráticos, visível no crescimento da extrema direita em plano mundial, em geral facilitado pela instrumentalização das novas tecnologias (MARTINS, 2020) e pela ideologia neoliberal que esgarça laços sociais e opõe os indivíduos como competidores. Isso, inclusive, não é novo. Como diz Mattelart (2009, p. 12), a vigilância está associada a problemas que envolvem o Estado, a democracia, os valores de uma dada sociedade, pois “o controle dos corpos, seu escaninho, implica o 'controle dos corações e das mentes', das 'vontades’”. Entramos, portanto, no terreno da cultura, com

⁸Interessante notar que Mazzucato estuda detalhadamente o caso da Apple, empresa que é posta em uma posição intermediária no trabalho de Zuboff, para quem esta corporação praticamente tem sido pressionada, dado o imperativo criado pela postura das concorrentes e pelas demandas dos consumidores por melhorias nos serviços, a flertar com mecanismos vigilantistas.

todas as questões sobre os modos de incorporação, o papel mediador do trabalhador cultural e as resistências, marcantes também nas tentativas de automatização.

A partir de Gramsci (2002), sabemos que a hegemonia se dá pela combinação entre coerção e consenso. A coerção mostra-se útil especialmente em momentos de crise, onde o consenso é mais difícil. Voltarei a esse ponto mais adiante. Pelo exposto até aqui, considero que Zuboff acerta ao tratar o “capitalismo de vigilância” como uma lógica, fugindo de certo tecnodeterminismo redutor. Por outro lado, aquilo que considera um “ator novo na história, ao mesmo tempo original e *sui generis*” é o capitalismo, cujas lógicas acaba negando ao recorrer à ideia de algo inédito ou à comparação com “[...] relações sociais de uma autoridade absolutista pré-moderna” (Ibidem, p. 576), como se não fosse o próprio capitalismo assentado em desigualdades de conhecimento e poder. Com isso, ainda que sua obra traga informações e mesmo *insights* importantes, como as críticas às ideias amplamente difundidas de que são os seres humanos os produtos ou os dados o novo petróleo da economia, perde capacidade explicativa ao não enfatizar o sentido histórico e as motivações das transformações mais recentes, para além da aparência dos fenômenos.

É possível perceber tanto o fundo liberal de sua argumentação, especialmente quando aponta que foram as necessidades humanas que guiaram os desenvolvimentos que acabaram por adquirir algum grau de perversidade, quanto certo saudosismo de um capitalismo melhorado⁹. Nesse sentido, chega a qualificar a etapa atual como a de um “capitalismo nefasto” (ZUBOFF, 2020, p. 29), que teria rompido com um capitalismo racional baseado em uma relação de reciprocidade entre empresas e população. Este poderia ter derivado não para algo ruim, mas para um capitalismo baseado na informatização, que seria propenso à ampliação das capacidades humanas.

Ocorre que não vivemos hoje uma deformação. O capitalismo nunca foi um sistema de ganha-ganha. Aprendemos com Marx (2014) que o longo movimento histórico que levou à configuração do capitalismo – e que ainda alimenta a expansão do sistema – teve como um de seus marcos “a assim chamada acumulação primitiva”. Os ricos não se tornaram mais ricos por poupar, mas por se apropriar da riqueza social. Em

⁹ Ainda que consideremos o pós-guerra, os anos chamados “trinta gloriosos”, é fundamental perceber que aquilo que parece como um capitalismo melhorado é, em verdade, resultado das lutas que, nos países centrais do capitalismo, conseguiram arrancar conquistas para a classe trabalhadora, bem como as desigualdades do período. Os “trinta gloriosos” foram, para países africanos e latino-americanos, época de neocolonialismos e de ditaduras. Ocorre que as lutas de classe, sejam as das décadas anteriores ou as atuais, não fazem parte da análise de Zuboff.

meio à acumulação primitiva Bolaño (2008, p. 37) destaca a acumulação primitiva do conhecimento, incorporando ao capital “[...] o conhecimento dos processos de trabalho desenvolvidos pela classe trabalhadora artesanal ao longo dos séculos anteriores”. Não se trata, portanto, de um movimento novo a incorporação da experiência humana ao próprio capitalismo, o que é importante considerar no esforço de compreender o aprofundamento da subsunção do trabalho intelectual que marca o momento atual.

3. Em busca de uma teoria explicativa

Os problemas acima apontados acabam resultando na dificuldade de se extrair do livro, além de interessantes informações sobre os mecanismos de captura de dados das corporações, uma teoria explicativa, para além da hipótese de que a vigilância se tornou sua forma hegemônica, que é reiterada pela constante apresentação de exemplos que confirmam a tese. Essa situação está relacionada à adjetivação, mas frágil análise do próprio capitalismo e de seus desenvolvimentos, inclusive na esfera cultural, e tem impactos também na discussão sobre uma possível estratégia política para o enfrentamento da questão posta em tela.

Os postulados de Zuboff partem de pressupostos em relação ao papel positivo que a informação poderia cumprir e aos desvirtuamentos dessas possibilidades presentes também nas formulações de autores como Foucault e, mais tarde, Hardt e Negri, em seus trabalhos sobre a chamada sociedade do controle. Não é o possível, aqui, retornar a eles, por isso valho-me da crítica feita por Prado (2003), que sintetiza assim a questão:

Ao aderir à concepção de sociedade de controle de Foucault, Hardt e Negri passam a considerar o capitalismo não mais como um modo de produção caracterizado pelas formas de subsunção do trabalho ao capital, mas como meio de dominação política e de exercício de poder que precisa controlar a produção e reprodução da vida como um todo, exatamente porque quer controlar, em última análise, a produção, a produtividade da força de trabalho social e o trabalho técnico e científico, afetivo, comunicativo etc. Por isso, de um modo característico, eles redefinem a exploração como centralização, extração e expropriação política dos produtos da cooperação social. Em adição, redefinem também o conceito de subsunção real como subordinação da sociedade à organização do capital e ao estado capitalista. Para eles, o corpo de trabalho social produz valor e capital, sem ser forma do capital. O intelecto geral presente nas máquinas inteligentes, nas redes de comunicação e nos sistemas de comunicação figura aí diretamente como modo de existência do capital – e não como forma por excelência do capital. Donde se vê que a concepção

de sociedade do controle está também enraizada em fetichismo.
(PRADO, 2003, p. 130)

A menção, ainda que rápida, é importante porque muitos dos equívocos associados à leitura das tecnologias derivam dessas visões que dissociam o desenvolvimento tecnológico das relações capitalistas nas quais se inscrevem. Assim, a resposta à sociedade do controle, para aqueles autores, residiria no potencial libertador das tecnologias da informação, que conformariam um “capitalismo cognitivo” pautado por um “trabalho imaterial” produtor de um valor intangível, o que ampliaria as contradições sistêmicas ou mesmo libertaria a produção da riqueza do ambiente do trabalho. Ainda que não dialogue abertamente com tal tradição, por outros caminhos, mais próximos do funcionalismo norte-americano do que do autonomismo italiano, Zuboff chega a conclusões semelhantes em relação ao problema da informação em trabalhos anteriores, como já mencionado, argumentando finalmente que a virada pela automatização teria derivado de respostas evitáveis às demandas dos consumidores. Ocorre que, na leitura autonomista, há uma crítica anticapitalista que não é encontrada em Zuboff. Também crítico de sua formulação, Morozov (2019, online) analisa que, “ao contrário dela, eles [os autonomistas italianos] argumentam que a verdadeira emancipação - inclusive de instituições burocráticas massivas, não apenas de mercado - não deve vir do consumo individualizado de serviços de advocacy, mas da produção coletiva de novas instituições democráticas”.

Tal visão conciliatória e estranha à análise das relações de poder se dá já na análise da própria divisão do trabalho, que, para a autora, seguindo a trilha de Durkheim, responde às necessidades das pessoas, tendo origem nas interdependências e reciprocidades e em uma noção mais ampla de solidariedade da própria classe trabalhadora. Talvez por isso os constrangimentos no âmbito da produção – espaço em que a vigilância sempre cumpriu papel determinante – não venham à tona em sua análise mais recente, que enfatiza a dinâmica do consumo, sem pensá-lo em relação àquele momento anterior e fundamental para a produção de mais-valor.

Por partir dessa leitura, perde força analítica a discussão sobre a “desposseção digital”, que, embora parta de referências à questão da subsunção, acaba por afirmar uma passagem da divisão do trabalho para a “divisão da aprendizagem – o princípio axial da ordem social numa civilização de informação” (ZUBOFF, 2020, p. 212), sem relacionar as questões e tomando mais uma ideia fetichista – a civilização de

informação – como eixo explicativo. Além de tratar como inédita, descarta a despossessão do resultado do trabalho de muitos que produzem conteúdos que circulam na rede e que são usados pelas plataformas e resume a “despossessão digital” a uma lógica segundo a qual “a experiência humana é subjugada aos mecanismos de mercado do capitalismo de vigilância e renasce como ‘comportamento’” (Ibidem, p. 212).

A captura e a subordinação da experiência, se tomadas com a seriedade que a afirmação requer, não pode resultar em mero “comportamento”, ainda que na forma de uma informação mercantilizável ou como comportamento manipulado. Não se trata, afinal, de uma mercadoria qualquer, mas da cultura, cuja transformação em mercadoria sempre é complexa e encontra resistências. É preciso ainda considerar o limite objetivo da referida despossessão. Eu, por exemplo, ainda que tenha dados sobre meus comportamentos capturados pelo Google, não deixo de possuí-los.

Morozov (2019, online) percebe e discute essas lacunas. Em sua leitura, destaca outro problema naquela definição da autora: “A definição de Zuboff de capitalismo de vigilância depende se o excedente comportamental é usado para modificar o comportamento, não se a extração de dados é visível”¹⁰. O autor questiona, tomando a Amazon como exemplo, se a corporação objetiva lucratividade e sobrevivência ou extração de dados e modificação de comportamento. Para Zuboff, diz ele, no que concordo, a segunda opção é a predominante. “Assim, a busca pelo excedente comportamental torna-se a causa, não o efeito, do que as empresas de tecnologia fazem”¹¹, critica. Já a extração de dados, quando acordada com o consumidor, está nos marcos do capitalismo, nos termos da autora, não do capitalismo de vigilância.

Mais interessante é o ponto em que Zuboff faz uma correta crítica à ideia de que os usuários não recebem pagamento pela “matéria-prima” que fornecem – ideia que ganha lastro em conceitos como “trabalho digital” (FUCHS, 2015) –, apontando que esse pensamento “ignora o ponto-chave de que a essência da exploração, aqui, é a utilização de nossa vida como dados comportamentais para o aperfeiçoamento do controle de outros sobre nós” (ZUBOFF, 2020, p. 115). Assim, ela foge da resposta dada para a questão do trabalho pela linhagem teórica que deriva daquelas contribuições mencionadas antes dos autonomistas italianos, ainda que volte a se aproximar deles com

10Tradução própria do original em inglês: “Zuboff’s definition of surveillance capitalism hinges upon whether behavioral surplus is used to modify behavior, not whether data extraction is visible”.

11Tradução própria do original em inglês: “Thus, the hunt for behavioral surplus becomes the cause, not the effect, of what the tech firms do.”.

a tese do “controle de outros sobre nós”, sem definir que “outros” são exatamente estes. Sua resposta resume-se à reiteração da extração de dados comportamentais, em geral com o objetivo de prever o futuro.

Possivelmente por esse foco, sua análise recai sobre as empresas – o Google, especialmente, cujas práticas conformam o principal fio condutor da discussão. Nesse sentido, não enfatiza o papel do Estado, ainda que as relações dos órgãos de inteligência e segurança dos Estados Unidos com as corporações do Vale do Silício sejam evidenciadas em páginas bastante interessantes da obra em discussão. A crítica de Morozov a Zuboff também reconhece essa ausência, mas não entra na discussão do papel dos mecanismos de vigilância associados às tecnologias da informação nas ações de contrainteligência e controle social. Ainda que concorde com a tese de Morozov de que o centro está, efetivamente, na mercantilização a partir dos dados, parece-me importante também ter em vista esse outro lado. Os exemplos são inúmeros: inclusão de tecnologias nas práticas da segurança pública, adoção de reconhecimento facial por agentes públicos e privados e espionagem de movimentos sociais e jornalistas, entre outros. Essas práticas se voltam contra grupos historicamente marginalizados ou críticos do status quo e devem ser identificadas como novas formas de controle e coerção. Mas o sistema não funciona só pela violência; também busca o consenso necessário à hegemonia, daí porque a discussão sobre a cultura é muito importante.

Em uma perspectiva crítica, é preciso vincular a questão à manipulação ou à colonização do tempo livre pela indústria cultural, pontos tratados pela Escola de Frankfurt, ou às teses bastante difundidas sobre a sociedade do controle, que a autora não discute, embora partilhe com elas a ideia da centralidade do controle/vigilância. Conforme anunciado antes, prefiro vincular a questão ao problema da hegemonia, pois o processo de acumulação não é estritamente econômico, mas dialeticamente resultado e produtor de relações sociais. Como analisa Gramsci ao discutir a adequação dos costumes ao trabalho, “[...] todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal [...]: a seleção ou ‘educação’ do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades” (GRAMSCI, 2001, p. 262-263).

Essa associação é muito pertinente no momento atual, em que mesmo trabalhadores com jornada regulamentada têm que estar sempre disponíveis para atividades de trabalho e, fruto da ideologia neoliberal, gerenciam a sua própria vida

como se ela fosse uma empresa (DARDOT, LAVAL, 2016) – a concorrência com os demais em busca de postos de trabalho ou de *likes* nas redes sociais são mostras disso, lógica que também tem orientado o campo político. Recorro mais uma vez a Gramsci para tratar dessa articulação, quando afirma que “um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção” e reduzido em sua personalidade pela alienação na produção capitalista, “[...] só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais” (GRAMSCI, 2001, p. 267).

Conclusões

Como reunir, então, esses elementos? Ainda que, dados os limites deste trabalho, não seja possível detalhar uma proposta alternativa de análise, proponho, nestas conclusões, caminhos para a observação crítica sobre a vigilância na etapa atual do capitalismo. O sentido geral, em primeiro lugar, é de reforço do processo de acumulação do capital, para a qual contribui a transformação de mais aspectos da vida em mercadoria a serviço de grandes corporações capitalistas e do Estado, no contexto da reestruturação produtiva. As TIC participam deste processo em diversos aspectos centrais, como na garantia da infraestrutura para espalhamento e controle centralizado das corporações, na viabilização da produção *just in time*, na possibilidade de captura de dados usados na produção de informações e na construção de públicos em nichos e na ampliação da subsunção do trabalho intelectual, com a codificação dos conhecimentos por tecnologias computacionais, incorporando-os efetivamente ao capital e reduzindo a autonomia dos trabalhadores e ampliando a exploração e a subordinação deles

Essa maior incorporação se dá a partir de uma série de transformações no mundo do trabalho, com destaque, hoje, para práticas de vigilância, no que pode ser chamado de subsunção vigiada. Trata-se do processo de subordinação dos trabalhadores que ocorre com o uso constante de mecanismos de monitoramento e controle de suas atividades dentro e fora do espaço formal de trabalho, por meio de instrumentos de trabalho e da comunicação digital, os quais não aparecem, em geral, como formas explícitas de coerção.

A instrumentalização de métodos de controle não é inédita, como ilustram bem o disciplinamento na fábrica fordista e o toyotismo, baseado na introdução de tecnologias

para ampliar a disciplina na administração das empresas, aprofundando as formas de controle de corpos e mentes com o desenvolvimento de uma série de mecanismos de controle sobre o tempo e o movimento dos trabalhadores, mas parece qualitativamente distinta, na etapa atual do capitalismo, em relação às formas anteriores de subsunção. O constante registro de atividades, o controle algorítmico e a dependência de aparatos tecnológicos são expressões disso.

As tecnologias da informação e da comunicação que viabilizam esse processo são também bases para a reorganização da produção, da circulação e do consumo. Elas ampliam a subsunção do trabalho intelectual e viabilizam maior fragmentação da produção e o estabelecimento de relações mediadas por aparatos que dão aparência de ausência de padrões e de liberdade, com impactos subjetivos diversos e em termos de organização da classe trabalhadora. A produção de informações a partir de dados dos trabalhadores favorece a circulação de mercadorias, por potencialmente reduzir o tempo de sua realização, ao transformá-los em possíveis compradores de forma mais específica, baseada em características mais ou menos objetivas.

Tais tecnologias também conformam uma nova estrutura de mediação social, cujo maior exemplo é a internet, que amplia as possibilidades de tradução das dinâmicas mais gerais do sistema para a vida cotidiana, dado o espraiamento da indústria cultural e a homogeneização em torno de uma cultura pautada pela dinâmica da mercadoria, que é também uma forma, talvez a mais geral, de controle social. No presente, portanto, tanto as funções clássicas da indústria cultural são reforçadas, com a maior penetração dela no cotidiano, quanto a própria expansão das TIC para outros campos, como o da segurança, tornam as tecnologias diretamente integradas e constitutivas de ações coercitivas típicas do Estado, recurso importante para a manutenção da ordem, em um contexto de crises, dificuldade de legitimação e críticas ao sistema.

Pelo exposto, em vez de considerar o chamado "capitalismo de vigilância" como uma marca distintiva da etapa atual do capitalismo ou um arranjo completamente novo, deve-se associar, a meu ver, a vigilância à reestruturação do sistema e, em seu desenvolvimento mais recente associado às plataformas digitais, à crise atual do capitalismo e às estratégias desenvolvidas para que este siga sua lógica de acumulação, apesar das suas contradições intrínsecas, de forma desigual e combinada, tendo em vista as particularidades dos diferentes territórios e a localização deles na divisão

internacional do trabalho. Tal conjunto de fatores deve ser enfrentado, se quisermos incidir não apenas sobre as consequências, mas sobre as causas da vigilância.

Referências bibliográficas

BOLAÑO, César R. S.. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos Grundrisse. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p.35-49. Editora UFPR, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 1.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FUCHS, Cristian. Against Divisiveness: Digital Workers of the World Unite! A Rejoinder to César Bolaño. **Television & New Media** 2015, Vol. 16(1) 62–71.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, Helena (org.). **Desinformação**: crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social; Veneta, 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política [Livro I]. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATTELART, Armand. **Um mundo vigilado**. Madri: Paidós, 2009.

MOROZOV, Evgeny. Capitalism's New Clothes. **The Baffler**, 4 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://thebaffler.com/latest/capitalisms-new-clothes-morozov>>. Acesso: 22 de jul. 2021.

MAZZUCATO, Mariana. Por trás do iPhone, o Estado e os militares. **Revista IHU Online**. 18 de out. de 2019.

PRADO, Eleutério F. S. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo - uma crítica a A. Negri e M. Hardt. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 109-130, nov. 2003.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. SIEP, 2017.

VALENTE, Jonas C. L. Economia de plataforma: características, modelos e o surgimento dos monopólios digitais. In: **A desmaterialização da economia nas ciências sociais e humanas**. Ferreira, José Maria Carvalho (Org.). Clássica Editora. Lisboa, 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. Automatizar/informatizar: As duas faces da tecnologia inteligente”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1994, v. 34, n. 6, p. 80-91.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.